



A INVISIBILIDADE INTERCULTURAL NA EaD AMAZÔNICA: DESAFIOS DE ACESSO E EQUIDADE PARA JOVENS RIBEIRINHOS EM GUAJARÁ-AM

Helenice Freitas Páscoa | Universidad Nacional del Comahue | nicefpascoa@gmail.com

GT 5 - Diversidade, equidade e inclusão na EaD

Resumo:

Este trabalho apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que analisa as políticas públicas de ensino superior da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) voltadas à Educação a Distância (EaD), implementadas entre 2001 e 2021. O estudo abrange desde a institucionalização e interiorização da universidade até o agravamento das desigualdades educacionais decorrentes da pandemia de Covid-19, examinando seus impactos no acesso e na permanência de estudantes ribeirinhos concluintes e egressos do Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (EMPMT) no município de Guajará (AM). Adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, documental e de campo, com uso de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. O referencial teórico articula a perspectiva decolonial à Teoria Histórico-Cultural. Os resultados parciais indicam que o modelo institucional de EaD desconsidera as assimetrias infraestruturais, os tempos hidrográficos e as especificidades socioculturais das populações tradicionais, contribuindo para processos de invisibilização intercultural e exclusão educacional. Conclui-se que a promoção da equidade e da inclusão na EaD requer uma decolonização epistêmica e o fortalecimento da soberania digital por meio de políticas públicas territorializadas que reconheçam os territórios ribeirinhos como espaços legítimos de direitos, identidade e re-existência.

Palavras-chave: Inclusão educacional. EaD territorializada. Saberes ribeirinhos. Amazônia. Decolonialidade.

1 Introdução

O debate sobre a democratização do ensino superior e a inserção de tecnologias digitais na educação exige uma análise crítica das políticas públicas em contextos marcados por profundas desigualdades geográficas e sociais. Na Amazônia Ocidental, os discursos de modernização e inclusão por meio da EaD confrontam-se com barreiras históricas vivenciadas pelas populações tradicionais que habitam as margens dos rios. Nesse contexto, este resumo expandido apresenta um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que analisa as políticas públicas de ensino superior da UEA voltadas à EaD, implementadas entre 2001 e 2021.

A investigação abrange o processo de interiorização da UEA e a implementação de políticas públicas da EaD até o período da pandemia de Covid-19, quando as desigualdades digitais se tornaram ainda mais evidentes. O estudo tem como locus o município de Guajará (AM), com foco nos estudantes ribeirinhos finalistas e egressos do EMPMT que não tem acesso à universidade.

A pesquisa surgiu do seguinte questionamento: em que medida as diretrizes normativas, curriculares e pedagógicas da EaD da UEA promoveram a inclusão ou contribuíram para a invisibilização intercultural das juventudes ribeirinhas? A problemática dialoga diretamente



com o GT 5 ao discutir diversidade, equidade e inclusão no acesso e na permanência no ensino superior em territórios historicamente marginalizados.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-exploratório (Gil, 2018), desenvolvida por meio de pesquisa documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Os documentos analisados contemplam a legislação nacional e institucional relacionada à EaD, incluindo o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (Brasil, 2007), a Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023) e a Resolução nº 042/2019-CONSUNIV. Participam da pesquisa quatro estudantes e quatro docentes de duas escolas do campo localizadas em comunidades ribeirinhas da calha do Rio Juruá, no município de Guajará (AM).

2 Desenvolvimento

O embasamento teórico deste estudo articula a Teoria Histórico-Cultural, a perspectiva decolonial e os debates sobre equidade e inclusão na Educação a Distância (EaD). Parte-se do entendimento de que o direito à educação demanda o enfrentamento das desigualdades históricas produzidas por modelos educacionais homogeneizadores que desconsideram os contextos socioculturais dos sujeitos. Nesse sentido, Nunes Neto (2025) adverte que a invisibilização dos saberes das populações tradicionais produz processos de epistemicídio, comprometendo o reconhecimento da diversidade cultural e das diferentes formas de produção do conhecimento.

Como alternativa a essa lógica, Mignolo (2017) defende a opção decolonial como um movimento de ruptura com a hegemonia epistêmica ocidental, possibilitando a valorização de conhecimentos historicamente silenciados. Em consonância com essa perspectiva, Walsh (2013) recomenda pedagogias decoloniais fundamentadas na interculturalidade crítica, capazes de reconhecer as pessoas e seus territórios como espaços legítimos de construção de saberes. Sob essa perspectiva, a inclusão no ensino superior ultrapassa a ampliação do acesso e passa a exigir condições efetivas de permanência e equidade (WALSH, 2013; GARCÍA DE FANELLI, 2014).

No contexto amazônico, tais reflexões tornam-se ainda mais relevantes diante das especificidades culturais e territoriais das populações ribeirinhas. A partir da Teoria Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano constitui um processo socialmente mediado, no qual a aprendizagem ocorre por meio das interações culturais. Assim, a EaD somente poderá cumprir



sua função emancipatória quando considerar as experiências, os modos e os tempos de vida dos sujeitos que atende (VYGOTSKY, 2007). Nessa perspectiva, a inclusão digital deve estar articulada à soberania digital e ao fortalecimento das condições concretas de participação dos estudantes nos processos formativos (BIGARELLA; PANIAGO, 2024). Tal entendimento aproxima-se da concepção de educação como prática de liberdade comprometida com a emancipação humana (FREIRE, 2014). Desse modo, a EaD pode configurar-se como instrumento de re-existência e justiça social para as populações tradicionais amazônicas, desde que vinculada a políticas educacionais territorializadas e comprometidas com a equidade (GUERRA; MONTEIRO, 2021).

À luz dessas reflexões teóricas, a análise dos dados documentais e empíricos parciais demonstra que a política de interiorização do ensino superior via EaD estabelecida pela UEA em Guajará (AM) ocorre em um cenário marcado pela invisibilidade intercultural. A utilização de um modelo educacional padronizado desconsidera as assimetrias infraestruturais da região e as especificidades socioculturais das populações ribeirinhas, comprometendo as condições de acesso e permanência no ensino superior.

A análise do EMPMT, subsidiada pelos estudos de Páscoa (2021), evidencia que a formação oferecida por ensino mediado por tecnologia produziu um contingente de estudantes que enfrentam desafios cognitivos, linguísticos e institucionais para ingressar no ensino superior. Tais obstáculos decorrem, em grande medida, da ausência de práticas pedagógicas contextualizadas e de mediações compatíveis com as realidades experimentadas nas comunidades ribeirinhas.

Esse contexto foi intensificado durante a pandemia de Covid-19 (2020–2021), quando a transição para modelos de ensino remoto ocorreu sem a garantia das condições materiais necessárias de conectividade e suporte acadêmico. Conforme apontam Lima (2018) e Mascarenhas e Braule (2009), as políticas educacionais de assistência estudantil historicamente apresentam fragilidades no interior do Amazonas. Estudos sobre o ERE revelam que a utilização das TICs ocorreu em um contexto marcado por desigualdades de acesso, limitações infraestruturais e dificuldades pedagógicas que impactaram diretamente os processos de ensino e aprendizagem (SILVA et al., 2020).

Diante desse cenário, os resultados parciais direcionam para a necessidade de “amazonizar” a EaD (ZENHA; LOPES, 2024), entendida como a construção de políticas educacionais territorializadas, capazes de reconhecer as especificidades culturais, geográficas e sociais da região. Tal perspectiva requer alinhamento às diretrizes do Decreto nº 6.040/2007 e da PNED (Lei nº 14.533/2023), assegurando que a inclusão digital seja acompanhada por



estratégias pedagógicas contextualizadas e pelo fortalecimento da soberania digital, condição indispensável para a promoção da equidade e da justiça social na Amazônia (BIGARELLA; PANIAGO, 2024; GUERRA; MONTEIRO, 2021).

4 Considerações finais

Constatou-se que a análise das políticas de ensino superior em EaD da UEA no município de Guajará (AM) evidencia a necessidade de uma revisão orientada pelos princípios da decolonialidade, da diversidade e da equidade. Os resultados parciais revelam que a ampliação da oferta educacional, quando desvinculada das especificidades territoriais e socioculturais das populações ribeirinhas, tende a reproduzir desigualdades históricas e processos de invisibilização intercultural.

Nesse contexto, a consolidação de uma EaD inclusiva requer a articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas contextualizadas e condições efetivas de permanência estudantil, em consonância com o PNE (Lei nº 13.005/2014), o Decreto nº 6.040/2007 e a PNED (Lei nº 14.533/2023). Desta forma, uma EaD territorializada e “amazonizada”, fundamentada na valorização dos saberes tradicionais e na garantia da soberania digital, apresenta-se como dinâmica necessária para garantir inclusão, equidade e re-existência das populações ribeirinhas no ensino superior.

Referências

BIGARELLA, Nayara Cristina; PANIAGO, Maria Cristina Lima. **Política nacional de educação digital: implicações para a formação docente**. Revista Cocar, n. 28, 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 fev. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, DF: MEC/SEED, 2007.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. **Institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED)**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 12 jan. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.



GARCÍA DE FANELLI, Ana María. **Inclusión, equidad y calidad en la educación superior latinoamericana**. Buenos Aires: UNESCO-IESALC, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; MONTEIRO, C. da S. **Educação e resistência camponesa na Amazônia paraense**. Revista InterEspaço, v. 7, p. 1-16, 2021.

LIMA, Nara Maria Ferreira. **Jovens de camadas populares na educação superior pública do Amazonas: acesso e permanência**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6410/5/Tese_Nara%20Lima.pdf. Acesso em: 5 jun. 2026.

MASCARENHAS, Suely Aparecida do Nascimento; BRAULE, G. P. **Necessidade de política para valorização dos educadores na expansão e interiorização do ensino superior federal na Amazônia: a experiência de Humaitá e Benjamin Constant/Amazonas**. EDUCamazônia, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2009.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, n. 34, p. 287-324, 2017.

NUNES NETO, Francisco Antonio. **Aprender-ensinar a interculturalidade**. Revista Interfaces Científicas – Educação, v. 12, n. 3, p. 266-281, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2025v12n3p266-281>. Acesso em: 5 jun. 2026.

PÁSCOA, Helenice Ferreira. **A formação continuada do/a professor/a no Programa Ensino Médio com Mediação Tecnológica no município de Guajará – AM**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021. Disponível em: <https://www.ufac.br/ppehl/producoes/dissertacoes>. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, V. B.; PÁSCOA, H. F.; LIMA, Maria Aldecy Rodrigues de; OLIVEIRA, I. S. **O ensino remoto emergencial em tempos de pandemia e o uso das TICs no curso de pós-graduação**. In: IV CEVAJ E II SEMDPPEHL – ENSINO E PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CENÁRIOS DO COTIDIANO E A (R)EXISTÊNCIA DA DOCÊNCIA, 2020, Cruzeiro do Sul, AC. Anais [...]. Cruzeiro do Sul, AC: Universidade Federal do Acre, 2020. p. 570-577.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS. **Resolução nº 042/2019-CONSUNIV**. Manaus: UEA, 2019.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya-Yala, 2013.

ZENHA, Luciana; LOPES, R. **Entre rios, veredas e florestas: educação a distância e acesso à formação superior na Amazônia**. Educação & Sociedade, v. 45, e284669, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.284669>. Acesso em: 5 jun. 2026.